



Gestão Democrática na Educação: Participação, Autonomia e Construção Coletiva no Espaço Escolar

Democratic Management in Education: Participation, Autonomy, and Collective Construction in the School Environment

Gilberto Lelis dos Santos

Universidad Del Sol

Alderlan Souza Cabral

Orientador do artigo Dr. <https://lattes.cnpq.br/8583035818373126>

Resumo: Este estudo é uma segunda descrição resumida de uma tese de doutorado desenvolvida para validação de título que traz como temática “Gestão democrática na educação: participação, autonomia e construção coletiva no espaço escolar”. Objetivo geral: analisar a importância de uma escola com autonomia por meio de uma gestão democrática. A gestão democrática é um princípio essencial para a estruturação dos sistemas educacionais e das instituições de ensino, favorecendo a participação conjunta, o diálogo e a elaboração de abordagens educativas mais inclusivas. O processo metodológico partiu de uma pesquisa de natureza bibliográfica, sustentada por trabalhos de autores que abordam a gestão educacional, a participação cidadã e as políticas de educação. Os principais resultados apresentam que a gestão democrática vai além da visão convencional de liderança, que se restringe à autoridade hierárquica, propondo uma organização escolar baseada na colaboração entre gestores, docentes, alunos, famílias e a comunidade. O envolvimento proativo dos diversos atores da escola reforça a autonomia da instituição, facilita a deliberação conjunta e auxilia na formação dos alunos.

Palavras-chave: gestão democrática; autonomia; construção coletiva.

Abstract: This study presents a summary of a doctoral thesis—developed for degree validation—focused on the theme “Democratic management in education: participation, autonomy, and collective construction within the school environment.” The general objective is to analyze the importance of school autonomy achieved through democratic management. Democratic management is a fundamental principle for structuring educational systems and institutions, fostering collaborative participation, dialogue, and the development of more inclusive educational approaches. The methodology was based on bibliographic research, drawing on the work of authors who address educational management, civic participation, and education policy. The main findings indicate that democratic management transcends the conventional view of leadership—often limited to hierarchical authority—by proposing a school organization based on collaboration among administrators, teachers, students, families, and the community. The proactive involvement of these various school stakeholders reinforces the institution’s autonomy, facilitates joint decision-making, and supports student development.

Keywords: democratic management; autonomy; collective construction.

INTRODUÇÃO

A educação desempenha uma função fundamental na formação do indivíduo e na criação de uma sociedade mais equitativa e colaborativa. Nesse cenário, a administração escolar ganha destaque, já que afeta diretamente a estrutura do trabalho pedagógico, as interações que ocorrem dentro da instituição e os métodos de ensino e aprendizado. Por um longo período, a gestão escolar foi vinculada a padrões centralizadores, nos quais as decisões eram dominadas pelo gestor, restringindo a participação dos outros membros da comunidade escolar.

Nas últimas décadas, as mudanças sociais e educacionais levaram à necessidade de reavaliar os métodos de administração, promovendo práticas que sejam mais inclusivas e democráticas. A gestão democrática se destaca como uma opção viável para estreitar os laços entre a escola e a comunidade, reconhecendo e valorizando as diversas vozes e experiências na definição das metas educacionais. Objetivo geral: analisar a importância de uma escola com autonomia por meio de uma gestão democrática.

A presente obra se justifica, pois a gestão democrática vai além da seleção de líderes escolares ou da presença de equipes colegiadas. Trata-se de uma transformação de atitudes, fundamentada na comunicação, na cooperação e na divisão de responsabilidades. Assim, a instituição educacional é vista como um ambiente coletivo de aprendizado, no qual todos os indivíduos têm voz e podem participar.

FUNDAMENTOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO

A gestão democrática envolve o conceito de engajamento conjunto nas decisões. Ao contrário de abordagens administrativas convencionais, que enfatizam a supervisão e a concentração de autoridade, a gestão democrática procura estabelecer vínculos fundamentados na colaboração e na responsabilidade compartilhada. Segundo Paro (2016) relata que:

Uma escola que se baseia na democracia deve estabelecer condições que possibilitem a participação ativa de todos os integrantes do processo educativo nas tomadas de decisão. Para ele, a educação é uma ação social e, por isso, não deve ser estruturada sem levar em conta os anseios e as necessidades da comunidade.

A administração democrática compreende que a escola não é de propriedade exclusiva dos administradores ou docentes, mas sim um espaço comunitário que inclui estudantes, familiares, funcionários e a comunidade em geral. Portanto, é essencial que as decisões sejam elaboradas de maneira colaborativa, levando em conta diversas perspectivas. Paulo Freire enriquece essa reflexão ao advogar por uma educação centrada no diálogo e na participação ativa. Segundo ele relata que:

O diálogo é essencial para vencer relações de autoritarismo e estabelecer práticas educativas mais humanizantes. Uma escola com enfoque democrático

deve promover a autonomia dos indivíduos, permitindo que estes se tornem os principais agentes de seu próprio aprendizado (Freire, 1996).

Dessa forma, a administração democrática está intrinsecamente relacionada à formação da cidadania. Ao envolver alunos e a comunidade nas decisões relacionadas à escola, são fomentados valores como responsabilidade, respeito, colaboração e consciência social.

A gestão democrática possui traços que a distinguem dos métodos convencionais de gerenciamento escolar. Seu objetivo central é fomentar uma organização educacional alicerçada na participação, no diálogo e na construção conjunta de decisões. Nesse contexto, a escola é percebida não apenas como um local que transmite saberes, mas como um ambiente social voltado para a formação integral do indivíduo e sua cidadania.

Um dos aspectos fundamentais da administração democrática é a inclusão. Incluir-se implica estar ativo nos processos de elaboração, implementação e análise das iniciativas realizadas pela instituição de ensino. Essa inclusão deve se manifestar não apenas em contextos formais, mas também nas rotinas diárias, nas conversas pedagógicas e na criação das diretrizes educacionais.

Um aspecto essencial é a descentralização no processo decisório. Em uma escola que valoriza a democracia, a autoridade não se concentra apenas na administração. As responsabilidades são divididas entre os diversos grupos da comunidade escolar, possibilitando que professores, alunos, familiares e colaboradores participem ativamente do crescimento da instituição.

A transparência é um aspecto fundamental. Uma administração democrática deve ser clara quanto às escolhas realizadas, aos recursos empregados e às metas definidas. A comunidade escolar precisa ter acesso às informações e entender o funcionamento da instituição.

Ademais, a administração democrática enfatiza a independência das instituições de ensino. Essa independência não implica operar sem regras ou diretrizes, mas sim ter a habilidade de estruturar as práticas educativas de acordo com as demandas dos alunos e o contexto social em que a escola se encontra.

A inclusão da comunidade educacional é fundamental para uma gestão democrática eficaz. A escola, como um ambiente público, precisa construir laços estreitos com a comunidade, compreendendo que a educação não é somente uma obrigação dos profissionais que trabalham na instituição.

A inclusão dos pais e responsáveis é fundamental para conectar a escola com a vivência dos alunos. Ao se envolverem no processo de ensino, comparecendo a reuniões, conselhos e iniciativas escolares, eles reforçam a colaboração entre a instituição de ensino e a comunidade.

No entanto, a colaboração deve ir além de uma perspectiva restrita, em que a comunidade é convocada apenas para eventos ou atividades pontuais. A participação efetiva implica ter um papel na tomada de decisões, no planejamento e na avaliação das iniciativas escolares.

Um outro recurso significativo é o grêmio estudantil, que oferece aos alunos a oportunidade de aprimorar habilidades de liderança, colaboração e engajamento social. A participação dos estudantes nas tomadas de decisão dentro da escola ajuda a moldar cidadãos mais informados e prontos para seu papel na sociedade. De acordo com Libâneo (2004) comenta que:

Uma escola que preza pela democracia deve estabelecer um ambiente onde todos os participantes entendam suas funções no processo de aprendizado. A participação deve ir além de um simples gesto, devendo resultar em transformações efetivas na rotina da escola.

Os conselhos educacionais desempenham um papel fundamental na promoção da participação democrática. Esses ambientes permitem que diversos membros da comunidade escolar se reúnam para debater questões, sugerir alternativas e monitorar a administração dos recursos e das iniciativas pedagógicas

O Papel do Gestor Escolar na Perspectiva Democrática

O gestor educacional desempenha um papel importante na formação de uma instituição de ensino democrática. Ao contrário do administrador convencional, que centraliza as decisões e impõe sua autoridade de maneira hierárquica, o gestor democrático funciona como um facilitador das interações, promovendo o diálogo e a inclusão de todos nas decisões.

A administração escolar deve assegurar que docentes, colaboradores, alunos e suas famílias participem ativamente das decisões. Mais do que lidar com as tarefas administrativas, seu papel abrange a liderança educacional e um firme comprometimento com o aprendizado dos alunos.

Um líder que adota a abordagem democrática precisa ser capaz de escutar diversas perspectivas, administrar desacordos e procurar resolver problemas em conjunto. Para isso, são necessárias competências em comunicação, planejamento e organização.

A liderança democrática não isenta o gestor de suas responsabilidades, mas altera a maneira como ele atua. O gestor mantém a responsabilidade pela coordenação da escola, mas exerce essa função ao dividir responsabilidades e promover o trabalho em equipe. Outros aspectos importantes para o gestor incluem fomentar uma cultura educacional que priorize o respeito, a inclusão e a apreciação das singularidades.

Uma instituição de ensino que se considere democrática deve aceitar a pluralidade de sua comunidade e implementar métodos que atendam às diversas necessidades dos alunos. Embora a gestão democrática seja fundamental, sua implementação ainda encontra vários obstáculos. Um dos desafios mais significativos é a continuidade de comportamentos autoritários em determinadas instituições de ensino.

Frequentemente, a tradição de centralizar as decisões torna mais complicado o envolvimento conjunto. Certos líderes e funcionários ainda enfrentam barreiras para

dividir responsabilidades e considerar perspectivas diversas. Um outro obstáculo diz respeito à baixa participação da comunidade. Apesar de a escola disponibilizar espaços democráticos, nem sempre estudantes e familiares se envolvem de maneira significativa. Isso pode acontecer por conta de desinformação, barreiras de acesso ou pela falta de uma cultura de engajamento. Saviani (2021) relata que:

A carência de qualificação apropriada dos administradores também constitui uma dificuldade. Para implementar uma gestão democrática, é fundamental que os educadores compreendam os fundamentos da liderança colaborativa, do planejamento conjunto e da estruturação da instituição de ensino.

Ademais, fatores sociais e econômicos podem impactar a participação da comunidade. Muitas famílias lidam com desafios que restringem sua presença nas atividades educacionais, o que leva a escola a precisar desenvolver estratégias para se conectar melhor com elas.

Assim, a gestão democrática não se estabelece de forma automática apenas com a elaboração de regras ou documentos formais. Ela requer transformações nas interações humanas, na cultura da escola e na percepção do papel de cada indivíduo dentro da organização.

A escola desempenha um papel social que ultrapassa a simples transmissão de conteúdos acadêmicos. Trata-se de um ambiente de interação, onde se constroem saberes, se desenvolvem valores e se preparam os indivíduos para se engajar na vida em sociedade. Nesse contexto, a gestão democrática tem um impacto significativo na formação de cidadãos, pois oferece aos indivíduos a oportunidade de vivenciar, de forma prática, conceitos de democracia e de envolvimento social.

Ao implementar práticas democráticas, a escola permite que os alunos experimentem processos de decisão, comunicação e valorização de diversas perspectivas. Essas vivências são essenciais para a formação de indivíduos críticos, habilitados a entender seus direitos e responsabilidades dentro da sociedade.

Nos anos recentes, as instituições de ensino têm enfrentado uma oportunidade significativa para refletir sobre sua administração, motivadas por um aumento nas discussões e publicações que tratam da adoção de práticas democráticas. O artigo 206 da Constituição Federal de 1988 confere à gestão democrática um caráter essencial para a educação pública. Esse princípio é expandido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/96, que determina, no artigo 14, que os sistemas educacionais devem estabelecer as normas para a gestão democrática na educação básica, levando em conta as especificidades de cada região. Como relatado:

(...)Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II - Participação das comunidades escolares e locais em conselhos escolares ou equivalentes (Brasil, 1996).

A cidadania não se forma unicamente através de matérias específicas, mas sim pelas interações que ocorrem dentro do contexto escolar. Uma escola que incentiva a participação, a colaboração e o respeito auxilia seus alunos a cultivarem as atitudes essenciais para a convivência em sociedade.

No decorrer desse processo, o docente assume uma função fundamental. Sua intervenção deve promover o desenvolvimento do pensamento crítico, a independência e o engajamento dos estudantes. A abordagem pedagógica precisa estar conectada a uma administração escolar que preze pela comunicação aberta e pela colaboração em grupo.

A administração democrática, assim, reforça a noção de que educar é preparar indivíduos para se envolverem na mudança social. A instituição de ensino passa a ser um espaço em que os indivíduos não só assimilam conhecimentos, mas também cultivam a percepção de sua realidade e de sua função no mundo.

Gestão democrática e as políticas educacionais brasileiras

No Brasil, a administração democrática é um princípio-chave que guia as políticas na área da educação. A Constituição de 1988 definiu a democratização da educação como um dos pilares para a estruturação do sistema público de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) enfatizou a importância da inclusão dos profissionais da educação e da comunidade escolar na estruturação das instituições de ensino. (Brasil, 1988). Esses documentos sinalizam progressos significativos, pois afirmam que a educação precisa ser desenvolvida com a colaboração da comunidade. A escola pública, como um ambiente da sociedade, deve possibilitar que diversos grupos atuem na sua estruturação. Além das normas nacionais, os planos de educação incluem objetivos voltados para a participação e a democratização da administração escolar. Essas diretrizes visam potencializar estruturas como conselhos escolares, envolvimento da comunidade e autonomia das instituições educacionais.

Todavia, a presença de legislações não assegura, por si só, uma administração democrática eficiente. É imprescindível que as instituições de ensino adotem ações práticas que envolvam a comunidade nas tomadas de decisão.

A promoção da educação acessível requer um engajamento contínuo por parte dos administradores públicos, dos educadores e da comunidade. A colaboração deve ser vista como um componente fundamental para o aprimoramento da qualidade do ensino. Lima (2014) observa que:

O crescimento das críticas à gestão democrática nos anos recentes é resultado da influência das políticas gerenciais, que pretendem apontar uma suposta falta de competência e liderança na administração escolar, o que, segundo a perspectiva empresarial, implicaria menor eficácia e eficiência.

O autor defende que, embora as instituições de ensino não possam ser equiparadas a empresas, existe um movimento que enfatiza a importância de valorizar as melhores práticas gerenciais do mundo dos negócios, já que estas

se apresentam como “mais racionais, inovadoras e empreendedoras”. Apesar de a administração democrática oferecer diversas oportunidades para aprimorar a educação, há restrições que devem ser levadas em conta. A democratização do ambiente escolar requer transformações culturais e institucionais que podem se desenvolver de maneira gradual.

Um dos principais desafios é a resistência em superar hábitos autoritários que foram estabelecidos ao longo do tempo. Muitas organizações continuam a operar com estruturas rigidamente hierárquicas, o que torna a inclusão dos diversos grupos mais complicada. Outro aspecto a ser considerado é a escassez de tempo e a ausência de ambiente propício para a colaboração em grupo. Educadores, familiares e alunos frequentemente enfrentam uma série de obrigações que tornam complicado o engajamento nas atividades escolares.

É fundamental reconhecer que a participação não implica falta de organização. Uma escola que se pretende democrática deve definir metas, diretrizes e atribuições bem definidas para assegurar o bom funcionamento da instituição.

Embora enfrente dificuldades, a administração democrática oferece amplas oportunidades. Ela promove a independência das escolas, aprimora as interações entre os envolvidos e auxilia na criação de um sistema educacional mais inclusivo.

Ademais, a natureza das políticas gerenciais na educação dificulta a participação dos alunos nas atividades práticas, uma vez que, segundo essa perspectiva, as decisões são tomadas por uma liderança “executiva” que deve se empenhar em apresentar uma instituição capaz de demonstrar “resultados de eficiência e eficácia a qualquer preço [...] , sob a ameaça de enfrentar penalizações como cortes de financiamento ou desvalorização, semelhante ao que acontece nas empresas privadas” (Parente, 2018).

PROCESSO METODOLÓGICO

Este estudo é desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, adotando uma abordagem qualitativa, realizada por meio da análise de livros, artigos científicos e documentos legais relacionados ao tema em foco. A Pesquisa Bibliográfica consiste na reunião de toda a literatura já publicada, englobando livros, periódicos, dissertações, anais de eventos acadêmicos e outros recursos disponíveis em bancos de dados digitais. Seu propósito é promover o acesso de estudantes e pesquisadores às obras pertinentes a um determinado tema, servindo como base para a criação de trabalhos científicos e para a análise de pesquisas existentes. Ao explorar a gestão democrática através de estudos bibliográficos, o pesquisador obteve diversas visões sobre a função da escola e os indivíduos que a compõem. Assim, a gestão não é vista apenas como uma tarefa administrativa, mas sim como um processo que envolve aspectos políticos e pedagógicos, em que professores, alunos, famílias e a comunidade se tornam parte integrante das decisões que impactam a rotina escolar.

O levantamento bibliográfico é crucial, pois possibilita a análise de normas jurídicas que regem a educação no Brasil, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Tais documentos ressaltam a gestão democrática como um dos fundamentos da educação pública, evidenciando a relevância da atuação dos educadores e da participação da comunidade escolar.

A análise da literatura visa examinar um problema fundamentado em fontes teóricas presentes em publicações já existentes. Esta análise pode ser realizada de maneira independente ou combinada com métodos de pesquisa descritiva ou experimental. Em ambas as situações, o objetivo é entender e avaliar as contribuições culturais ou científicas anteriores que se conectam a um tema, tópico ou questão particular. Portanto, é essencial que alunos de todas as instituições educacionais e de pesquisa sejam apresentados aos métodos e técnicas de revisão da literatura.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A gestão democrática ajuda a aprimorar a qualidade do ensino ao reforçar o engajamento coletivo no processo educativo. Quando há participação de todos nas decisões da escola, o senso de pertencimento e a responsabilização tendem a crescer. Uma instituição de ensino que adota uma abordagem democrática costuma implementar métodos mais inclusivos, levando em conta as diversas necessidades dos alunos. A colaboração em grupo possibilita reconhecer os desafios de maneira mais precisa e encontrar soluções que estejam em sintonia com a realidade da escola. Quando se pesquisou sobre as maiores dificuldades para se implementar uma gestão democrática no espaço escolar constatou-se que:

Quadro 1 - Principais Dificuldades Para Implementar Uma Gestão Democrática.

Continuidade de métodos autoritários e centralizados	Em determinadas instituições, as decisões permanecem nas mãos da administração escolar ou de um pequeno grupo de professores. Essa abordagem limita a participação de professores, alunos, funcionários e familiares, restringindo a capacidade de desenvolver ações escolares de maneira colaborativa.
Falta de participação efetiva da comunidade escolar	Muitas famílias e estudantes não participam dos processos decisórios da escola, seja por falta de informação, dificuldades de tempo, ausência de incentivo ou por não se sentirem parte desse processo. A gestão democrática exige uma participação ativa, e não apenas a presença em reuniões ou eventos.
Resistência às mudanças	A implantação de práticas democráticas pode gerar insegurança em profissionais acostumados a modelos tradicionais de gestão. A mudança para uma cultura baseada no diálogo, na cooperação e no compartilhamento de responsabilidades exige tempo, formação e disposição dos envolvidos.

Falta de formação adequada dos gestores e profissionais da educação	Para desenvolver uma gestão democrática, é necessário que os educadores compreendam princípios como liderança participativa, mediação de conflitos, planejamento coletivo e valorização da diversidade. Sem essa formação, a participação pode ocorrer apenas de maneira formal.
---	--

Fonte: Paro Henrique (2016).

Fica comprovado que a gestão democrática contribui para o desenvolvimento da cidadania. Ao experimentar atividades participativas, os alunos assimilam princípios essenciais para a convivência social, como respeito, colaboração, comunicação e senso de responsabilidade. Uma escola democrática depende de comunicação constante, respeito às opiniões diferentes e capacidade de construir consensos.

A excelência no ensino não se resume apenas a recursos materiais ou instalações adequadas; ela também é influenciada pelas interações estabelecidas dentro da escola. Uma administração colaborativa favorece um ambiente no qual educadores e alunos podem aprimorar suas práticas de aprendizado. Nesse contexto, uma escola democrática não deve se limitar a considerar os aspectos administrativos de sua gestão, para que esses não prejudiquem a transparência, o diálogo e a participação, mas também deve ponderar sobre o conjunto de ações realizadas por seus educadores, alunos, pedagogos e outros profissionais, uma vez que “a democracia se concretiza por meio de ações e interações que ocorrem na realidade material” (Paro, 2016).

Portanto, os principais desafios para implementar uma gestão democrática no espaço escolar envolvem superar práticas autoritárias, ampliar a participação da comunidade, fortalecer os órgãos colegiados, promover formação continuada e construir uma cultura baseada no diálogo e na colaboração. Apesar das dificuldades, a gestão democrática é fundamental para tornar a escola um espaço mais participativo, inclusivo e comprometido com a formação cidadã.

Promover a redistribuição do poder envolve não apenas a participação dos alunos nas discussões, mas também a criação de um ambiente onde suas opiniões sejam verdadeiramente valorizadas e levadas em conta na formulação de políticas e práticas escolares. Os resultados desse tipo de gestão são bastante promissores: uma instituição que veja os alunos como agentes ativos será, sem dúvida, um espaço mais inclusivo, justo e democrático. Contudo, isso requer um esforço conjunto para superar modelos autoritários e arraigados, substituindo-os por abordagens que realmente incorporam os princípios da gestão democrática, fundamentadas no diálogo e na participação como valores essenciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão democrática é um aspecto essencial para o desenvolvimento de uma educação de excelência e com responsabilidade social. Ao incentivar a

colaboração, a comunicação e a autonomia, esse tipo de administração ajuda a converter a escola em um ambiente mais participativo e acolhedor. O estudo da literatura feito revelou que a gestão democrática vai além da mera gestão da escola. Ela implica uma transformação nas maneiras como as pessoas interagem e se engajam na elaboração do processo educativo.

A implementação de ferramentas democráticas, como conselhos educacionais, envolvimento da comunidade e elaboração conjunta do Projeto Político-Pedagógico, fortalece a identidade da instituição de ensino e aumenta o engajamento de todos em relação ao aprendizado.

O gestor escolar desempenha uma função fundamental nesse contexto, devendo exercer uma liderança participativa, promovendo a comunicação e estabelecendo condições que permitam a todos se envolverem nas tomadas de decisão. Embora haja desafios, a administração democrática oferece alternativas significativas para vencer abordagens centralizadoras, promovendo uma escola que atenda melhor às demandas dos alunos e da comunidade.

Assim, tornar a gestão escolar mais democrática implica aceitar que a educação é uma tarefa compartilhada. A inclusão de todas as partes interessadas ajuda a desenvolver cidadãos mais conscientes, reflexivos e prontos para participar de uma sociedade democrática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIMA, Licínio C. **A gestão democrática das escolas: do autogoverno à ascensão de uma pós-democracia gestonária?** Educ. Soc., Campinas, v. 35, n. 129, p. 1067-1083, out./dez., 2014.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2016.

PARENTE, Juliano Mota. Gerencialismo e performatividade na gestão da educação brasileira. **Educação em Revista**, Marília, v. 19, n. 1, p. 89-102, jan./jun., 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2021.